



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002331-30.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Sueli Barros**
 Requerido: **Priscila Poliani Tito da Costa Branco Motta**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora almeja ao ressarcimento de danos morais que a ré lhe teria causado ao ofendê-la com expressões que caracterizariam injúria racial durante conversas mantidas via aplicativo *WhatsApp*.

Já a ré refutou tal imputação, além de atribuir à autora a responsabilidade pelas discussões em apreço por manter um relacionamento contínuo e duradouro com o ex-marido dela.

Apresentou pedido contraposto para que a mesma reparasse os danos morais que lhe provocou.

Concedo a ambas as partes os benefícios da assistência judiciária, considerando o teor dos documentos de fls. 07/08 e 30 e não havendo dados concretos que fizessem presumir que reunissem condições para fazer frente às despesas do processo sem que isso afetasse sua subsistência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O exame das conversas elencadas a fls. 11/13 denota o desentendimento entre as partes.

Pelo que foi dado apurar tudo teria começado a partir do relacionamento entre a ré e o ex-companheiro da autora, o que motivou a troca de ofensas entre ambas.

É certo que a autora se dirigiu à ré com as seguintes expressões, dentre outras: *"tadinha, foi traída pelo marido"* (fl. 11 – 17/09/2015, às 12h:13min), *"segura seus homens"* (fl. 11 – 17/09/2015, às 12h:16min), *"seu homem vem atrás de mim e ainda conta seus desabafos"* (fl. 11 – 17/09/2015, às 12h:18min), *"cuida deles senão continuam te traindo"* (fl. 11 – 17/09/2015, às 12h:22min), *"conhecendo todos da sua família entendo você é a ovelha berge kkk"* (fl. 12 – 17/09/2015, às 12h:30min), *"eu que aliso cabelo né?"* (fl. 12 – 17/09/2015, às 12h:34min), *"cuida dos seus homens"* (fl. 12 – 17/09/2015, às 12h:35min), *"compra perfume prá eles"* (fl. 12 – 17/09/2015, às 12h:35min), *"o cheiro tá brabo"* (fl. 12 – 17/09/2015, às 12h:35min), *"xau flor, lindaaaa, feiosa"* (fl. 12 – 17/09/2015, às 12h:36min), *"seu homem achou meu cabelo lindo, vermelho, ele amou"* (fl. 13, 17/09/2015, às 12h:38min), *"nojenta é você com um velho"* (fl. 13 – 17/09/2015, às 12h:40min).

Em contraposição, as palavras constantes da petição inicial (*"vai sua neguinha"*, *"vai se tratar"*, *"seu cheiro tá bravo vai tomar sua porca"*, *"nojenta"*, *"nojenta e porca pensa que eu não sei. Sua família também não é grande coisa prá você ficar falando da dos outros. Cuide dela e deixa a minha em paz"*) realmente tiveram vez e estão grafadas a fls. 12/13.

Não reputo a partir do cotejo desses elementos que exista base sólida a lastrear a ideia de que a espécie vertente comportaria ofensas passíveis de causar danos morais.

É incontroverso que a troca termos inadequados sucedeu reciprocamente, não sendo possível todavia estabelecer com clareza quem teria dado início a tudo.

Transparece clara a forma imprópria do tratamento dispensado de uma parte à outra e vice-versa, o que inclusive leva à conclusão de que ambas contribuíram para o rumo dos acontecimentos.

Não obstante se vislumbre como inaceitável o emprego especialmente da expressão *"neguinha"* à autora, sobretudo por sua associação a descabida ofensa de cunho racial, não se pode simplesmente retirá-la do contexto em que tudo se passou.

Por outras palavras, se de um lado se tem como reprovável a conduta no particular da ré, de outro é necessário compreender o cenário em que foi perpetrada, de sorte que, não vislumbrando o elemento subjetivo indispensável à configuração da ofensa específica versada e sim o desejo de troca de impropérios, a mesma por si só não é apta a causar os danos morais passíveis da reparação reclamada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em suma, entendo que a solução mais adequada ao feito consiste na rejeição tanto da postulação exordial quanto do pedido contraposto formulado pela ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** a ação e o pedido contraposto, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**